
A singularidade na escrita tradutora. Linguagem e subjetividade nos estudos de tradução, lingüística e psicanálise, de Maria Paula Frota. Campinas: Pontes/Fapesp, 2000, pp 284.

Guardião legal do espólio de Lacan, Jacques Alain-Miller pode ser acusado de tudo, menos de ser parcimonioso quando o assunto é elogiar a polêmica obra de seu mestre. Para que se tenha uma idéia de até onde vai a sua admiração, basta dizer que, para ele, o projeto lacaniano, em um campo dominado pelo obscurantismo, realiza inflexões verdadeiramente iluministas, sem as quais o próprio legado freudiano jamais ultrapassaria o limiar da inteligibilidade.

Exageros à parte, é preciso reconhecer, em todo caso, que Lacan tampouco é o homem que falava javanês, como querem os seus adversários. Certo, Lacan é difícil — aliás, ele se quer difícil. Creio entretanto que, longe de merecer censuras, o hermetismo é neste caso uma boa razão para não desistirmos das lacanagens. Afinal, não estamos falando de uma tagarelice passageira mas de um

discurso cujo estilo sustentou-se inarredavelmente por trinta anos. Ora, é preciso uma boa dose de cretinice para, sem mais, reduzir tal perseverança a veleidades típicas da boa alma gaulesa.

Na verdade, é Althusser quem dá a pista fundamental para que se mate a charada do estilo lacaniano: a sua sintaxe por vezes bizarra, os jogos homofônicos e os chistes constituiriam uma espécie de imitação do inconsciente, como se Lacan quisesse sinalizar que não seria capaz de abordar o objeto da psicanálise sem ao mesmo tempo materializá-lo no próprio discurso.

Os problemas começam quando muitos lacanianos fazem desse estilo vertiginoso uma norma, passando a repeti-lo, aí sim, como farsa: continua-se imitando o inconsciente — mas o inconsciente de Lacan, bem entendido... Portas abertas para a banalização dos efeitos mais perturbadores da psicanálise.

Muito diferente é, quanto a esse ponto, o trabalho de Maria Paula Frota, tema central desta resenha. Proposto inicialmente como tese de doutorado, *A singularidade na escrita tradutora* convoca a psicanálise a propósito de reorientar o debate acerca do estatuto da subjetividade no processo

de tradução. E o primeiro mérito da autora é, sem dúvida, o de não capitular diante da tarefa de falar sobre psicanálise à sua maneira, quer dizer, à maneira de alguém cuja própria subjetividade está enlaçada às exigências do universo acadêmico. Ora, percebe-se linha a linha o seu imenso esforço para rearticular o discurso lacanianos nos termos de uma sintaxe que certamente não é a dele.

Mas, a rigor, qual o lugar desse esforço no trabalho de Maria Paula Frota?

Para responder a essa pergunta, é preciso dizer que a autora se socorre, antes de mais nada, das habituais interpretações da obra saussuriana. Isto porque, para ela, os dilemas fundamentais das teorias de tradução cabem inteiros na leitura canônica do *Curso de Linguística Geral*.

Retesado entre a *langue* e a *parole*, Saussure, por isso mesmo, não sabe exatamente o que fazer do sujeito: trata-se de um zero à esquerda, servilmente ligado às palavras que o precedem? Ou, contrariamente, deve ser concebido como instância que, internalizando a *langue*, passa a exercer a liberdade? Por seu turno, a autora não vê na coexistência de concepções tão opostas um problema lógico da

teoria saussuriana. Para ela, a questão é bem outra: consiste em descer aos fundamentos do *Curso* a fim de demonstrar que neste nível profundo as duas noções de sujeito habitam um mesmo *território epistemológico*. Ora, esse território epistemológico pode ser resumido nos seguintes termos: sendo a *langue* “um todo por si”, ela se acomoda em uma topologia tal que o dentro e o fora se excluem reciprocamente. Há, assim, um espaço intra-sistêmico claramente separável de um espaço extra-sistêmico, e na ontologia dessa ordem exterior à estrutura o sujeito mais clássico pode perfeitamente fazer a sua aparição. De resto, restituída assim a velha dicotomia sujeito/objeto, fica ao gosto do freguês a opção gnoseológica de apostar as suas fichas em qualquer um de seus dois termos.

Ora, mal é preciso explicitar o fato de que, no limite, o escopo dessa escolha encontra correspondência nos dois grandes modos de conceber o ato tradutório: gesto sem sujeito ou criação individual.

Duas concepções de tradução — e, no entanto, uma única topologia a reger a possibilidade dessa multiplicação de conceitos. O palco está, enfim, preparado para que,

no texto de Maria Paula Frota, a psicanálise venha justamente oferecer a chance de que a tradução — a linguagem, o sujeito — possa ser pensada no elemento de um território epistemológico outro, de uma topologia outra.

Como a autora deixa claro, Lacan, retornando a Freud e valorizando ainda os interstícios do próprio texto saussuriano, permite falar de uma estrutura indelevelmente marcada pela falta e, como tal, aberta. Segue daí que o dentro e o fora, como na famosa faixa de Moebius, já não precisam mais ser tratados como domínios descontínuos entre si. Estamos, enfim, no ponto em que já é possível fazer teoria acerca “[d]os efeitos particulares da estrutura sobre o sujeito, que só essa estrutura torna possível, mas que, sem preexistir a ela, não a reproduz como um simples reflexo”.

Ponto, parágrafo. Leio o que escrevi até agora e concluo que minha resenha não faz justiça ao trabalho de Maria Paula Frota. Sim, pois tenho certamente passado a idéia de que, mesmo sendo muito bem escrito, o seu livro flutua a dois palmos da superfície da Terra, lá onde o discurso teórico-filosófico nunca se encontra com os dados.

É hora, então, de confessar: sou eu, no caso, o bandido do filme. Sou eu, enfim, aquele que tem a vocação indisfarçável para o teorismo — vocação para repetir a sério o que José Guilherme Merquior disse com ironia: “Os dados me desmentem? Pior para eles.”

Quer dizer: li no trabalho de Maria Paula Frota o que quis encontrar, e malandramente fiz crer que ela é mais uma no meu bando. Que nada! A autora tem os olhos bem postos na mais humilde empiria. Aliás, o seu trabalho, a rigor, começa como o de Freud começou: recolhendo, ao rés-do-chão, os restos deixados pelos outros. Restos como os de Marilucy, uma aluna da PUC que, trabalhando com poemas de Sylvia Plath, traduziu *picking up* por *colando*...

Ora, teria sido bem fácil descartar a solução da menina sob o argumento de que ela simplesmente cometeu um erro comum entre neófitos na área. Mas o fato é que a aluna insistia em ratificar a adequação de sua proposta. De seu lado, Maria Paula Frota resolveu então *escutá-la*. Ato contínuo, pôde descobrir a razão da tenacidade de Marilucy: o tal *colando* não era uma ocorrência determinada pelos excessos de imagina-

ção da aprendiz de tradutora; antes, coadunava-se com toda uma cadeia discursiva que emergiu quando, ao pé do ouvido da autora, a moça se remeteu a certos acontecimentos de sua infância. Mais ainda: ao checar com muitas outras pessoas a pertinência da tradução produzida pela aluna, Maria Paula Frota verificou que a rejeição ao *colando* estava muito longe de ser consensual. E, feitas as contas lacanianas, chegou ao seguinte resultado: a tradução de Marilucy não era só efeito do trânsito particular de um dado sujeito entre os elementos estruturais da linguagem; na verdade, manifestava *uma certa formação do inconsciente*, que seria própria dos atos tradutórios. Nunca abordada antes na literatura psicanalítica, o seu elemento distintivo residiria basicamente em um ponto: ao contrário do que ocorre quando alguém comete um lapso comum, a singularidade descrita por Maria Paula Frota “não encontra unanimidade quanto ao julgamento como forma correta ou incorreta”.

Movido pela obrigação de incansavelmente substituir uma palavra por outra, o tradutor nem

seria livre, nem se submeteria simplesmente a um jogo regrado seja pela língua, seja por qualquer outra instância. É que, para Maria Paula Frota, esse jogo sempre desliza, e não raramente acontece-lhe de escorregar para o interior de um campo contíguo àquele que Freud descreveu em seu estudo sobre o chiste — campo, enfim, em que um dito muito desajeitado mostra em seguida a sua adorável pertinência.

Há por certo traduções melhores ou piores, mas, como sustenta Maria Paula Frota, os critérios para este julgamento não estão inteiramente dados *de antemão*. Em acréscimo, é preciso considerar, tirando-lhe todas as conseqüências, o tempo da singularidade na escrita tradutora, no seio do qual um dito *faz retroativamente* vacilar as significações mais estabelecidas. É o que Freud chamava de *Nachträglichkeit* — o ‘só depois’.

Ora, pensar esse fu(tu)ro inscrito — ou melhor, *excrito* — no jogo tradutório é, para a autora, pensar a relação tradutor-texto na clave do amor. Leiam o livro e vocês saberão por quê.

Fábio Luiz Lopes da Silva
UFSC